

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA

POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL



CADERNO DE PROVA OBJETIVA DO CURSO DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL

3ª TURMA - 2ª PROVA

LEIA COM ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES ABAIXO.

- 1 Ao receber este caderno de prova, confira inicialmente se os dados transcritos acima estão corretos e se estão, ainda, corretamente registrados na sua **Folha de Respostas**. Confira também seus dados em cada página numerada deste caderno de prova (desconsidere estas instruções, caso se trate de caderno de prova reserva). Em seguida, verifique se ele contém a quantidade de itens indicada em sua **Folha de Respostas**, correspondentes à prova objetiva do curso de formação profissional. Caso o caderno esteja incompleto, tenha qualquer defeito e(ou) apresente divergência quanto aos seus dados, solicite, de imediato, ao(a) aplicador(a) de prova mais próximo(a) que tome as providências necessárias.
- 2 Durante a realização da prova, não se comunique com outros(as) candidatos(as) nem se levante sem autorização de um(a) dos(as) aplicadores(as) de prova.
- 3 Na duração da prova, está incluído o tempo destinado à identificação — que será feita no decorrer da prova — e ao preenchimento da **Folha de Respostas**.
- 4 Ao terminar a prova, chame o(a) aplicador(a) de prova mais próximo(a), devolva-lhe a sua **Folha de Respostas** e deixe o local de prova.
- 5 Nenhuma folha deste caderno pode ser destacada, exceto a **Folha de Respostas**, cujo cabeçalho será destacado pelo(a) chefe de sala ao final da prova, para fins de desidentificação.
- 6 A desobediência a qualquer uma das determinações constantes em edital, no presente caderno ou na **Folha de Respostas** implicará a anulação da sua prova.

OBSERVAÇÕES:

- Não serão conhecidos recursos em desacordo com o estabelecido em edital.
- É permitida a reprodução deste material apenas para fins didáticos, desde que citada a fonte.

INFORMAÇÕES ADICIONAIS: 0(XX) 61 3448-0100 | www.cebraspe.org.br | sac@cebraspe.org.br

 **Cebraspe**
Centro Brasileiro de Pesquisa em Avaliação
e Seleção e de Promoção de Eventos

- Cada um dos itens da prova objetiva está vinculado ao comando que imediatamente o antecede. De acordo com o comando a que cada um deles esteja vinculado, marque, na **Folha de Respostas**, para cada item: o campo designado com o código **C**, caso julgue o item **CERTO**; ou o campo designado com o código **E**, caso julgue o item **ERRADO**. Para as devidas marcações, use a **Folha de Respostas**, único documento válido para a correção da sua prova objetiva.
- No(s) item(ns) constituído(s) pela estrutura **Situação hipotética**: ... seguida de **Assertiva**: ..., os dados apresentados como situação hipotética deverão ser considerados premissa(s) para o julgamento da assertiva proposta.
- Eventuais espaços livres — identificados ou não pela expressão “Espaço livre” — que constarem deste caderno de prova poderão ser utilizados para rascunhos.
- Os itens desta prova devem ser resolvidos exclusivamente à luz das apostilas do Curso de Formação Profissional, deixando-se de parte quaisquer divergências entre estas e outras fontes.

PROVA OBJETIVA

Em relação à análise de acidentes de trânsito no âmbito da PRF, julgue os itens a seguir.

- 1 A avaliação gerencial do boletim de acidente de trânsito (BAT) destina-se a avaliar o desempenho dos policiais e, caso sejam verificados erros materiais ou distorções graves, o avaliador deverá iniciar um processo de retificação do boletim.
- 2 Na avaliação de dano a um veículo, é importante que seja considerada a extensão do dano, e não apenas se houve danificação de peça ou componente.
- 3 A elaboração do croqui — que é feito, de forma geral, sem escala —, é obrigatória quando da produção do boletim de acidente de trânsito (BAT).
- 4 A narrativa, parte integrante do boletim de acidente de trânsito (BAT), deve conter as informações mais relevantes sobre a ocorrência, inclusive com a repetição de alguns dados já contidos no próprio BAT.
- 5 Todo boletim de acidente de trânsito (BAT) deverá ser analisado pelo chefe da área do local do acidente ou por alguém por ele indicado.

No que diz respeito a corregedoria e direito disciplinar (CDD), julgue os itens a seguir.

- 6 Se um policial rodoviário federal agir como procurador ou intermediário no órgão em que for lotado, estará sujeito à pena disciplinar de demissão.
- 7 Pedido de reconsideração interposto por policial rodoviário federal punido disciplinarmente deverá ser dirigido à autoridade superior à que proferiu a decisão da punição.
- 8 Se um policial rodoviário federal receber ordem verbal de um superior e suspeitar que a determinação seja ilegal, ele poderá deixar de cumpri-la, com base nessa suspeita.
- 9 Policial rodoviário federal pode ter cônjuge sob sua chefia, desde que este seja ocupante de cargo efetivo.
- 10 Policial rodoviário federal que divulgar segredo de que tenha tomado conhecimento em razão do cargo poderá responder por transgressão disciplinar e por crime previsto no Código Penal.

Quanto a conceitos e definições legais relativos ao tráfico ilícito de drogas e afins e a fatores que o impulsionam no contexto brasileiro, julgue os itens a seguir.

- 11 Conforme previsão legal, com vistas a fortalecer a atividade repressiva, para fins de apreensão policial, o conceito de droga deve ser o mais amplo possível.
- 12 Mesmo com a prisão de líderes de facções criminosas no Brasil, o avanço tecnológico, principalmente na área de telefonia, reforça o comando dessas organizações, ainda que intramuros.
- 13 No direito penal, o termo associação criminosa é sinônimo de organização criminosa e, por isso, ambos os termos referem-se ao mesmo tipo penal.

Quanto aos procedimentos de fiscalização e de enfrentamento ao tráfico de drogas, julgue os itens a seguir.

- 14 Especificamente na diligência de busca em interior de veículo suspeito, o policial deverá realizar, primeiramente, os procedimentos de maior complexidade e, só depois, adotar os procedimentos básicos de fiscalização.
- 15 Na busca veicular, é essencial que parte da equipe policial efetue diretamente a vistoria do veículo enquanto os demais componentes se incumbam das outras funções, de forma a assegurar a eficácia da diligência.
- 16 A ordem sequencial dos procedimentos de fiscalização tem como características a flexibilidade e a discricionariedade, ou seja, tal ordem fica a critério da equipe responsável pela ocorrência.

No que se refere à identificação veicular, à autenticidade dos elementos identificadores do veículo e à originalidade dos elementos de segurança dos documentos e seus respectivos registros nos sistemas de consultas, julgue os seguintes itens.

- 17 Por padrão, o número identificador de veículo (NIV) tem dezessete caracteres, sendo vedado o emprego das letras I, O e Q como qualquer um desses caracteres.
- 18 Às montadoras de veículos é facultada a utilização de divisores no número identificador de veículo (NIV), e tais divisores, quando utilizados, devem constar do documento do veículo, sendo vedada a utilização do alfabeto romano e de números arábicos.
- 19 A placa modelo MERCOSUL deve ter, entre outros identificadores, um *chip* embarcado, o anverso revestido de película reflexiva com inscrição específica e códigos de barras bidimensionais dinâmicos.
- 20 Documento falso e documento falsificado são conceitos distintos: no primeiro, o suporte no qual estão inseridas as informações não é autêntico; no segundo, o suporte é autêntico, mas materialmente adulterado.

21 Para fins de inserção no Registro Nacional de Veículos Automotores (RENAVAM), o pré-cadastro, em sistema informatizado, dos dados identificadores de um veículo produzido no Brasil é atribuição dos órgãos estaduais de trânsito.

Acerca de gestão estratégica e governança, julgue os itens subsequentes.

22 Tudo o que acontece fora do esperado também acontece fora do planejado, ou seja, não é planejamento.

23 Constitui exemplo de estratégia utilizada como estratagemas o fato de uma organização, com o objetivo de desencorajar um concorrente de construir uma nova fábrica, adquirir terras para dar a impressão de que planeja expandir sua capacidade de produção.

24 O PDCA, quando aplicado ao sistema de gestão da qualidade, pode implementar ações para atingir a melhoria intermitente e assegurar a operação e o controle dos processos produtivos.

25 Um dos valores preceituados pela PRF como essenciais, o respeito é o instrumento de orientação e controle de suas ações, que, além de possibilitar o controle social, também colabora para a valorização do cidadão, destinatário e financiador dos serviços públicos.

Com base nas disposições da Constituição Federal de 1988 e do Código Florestal, julgue os itens a seguir.

26 Os direitos de propriedade são exercidos de forma plena nas florestas e demais vegetações nativas existentes no território nacional.

27 Define-se área de preservação permanente toda área que seja coberta por vegetação nativa e que tenha a função de assegurar a exploração sustentável dos recursos naturais.

28 Segundo disposição constitucional, cabe ao poder público e à coletividade, enquanto titular do direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, o dever de defender e preservar o meio ambiente.

29 No âmbito da Amazônia Legal, um imóvel rural situado em área de floresta deve ter, no mínimo, 80% de reserva legal, sem prejuízo da aplicação das normas referentes às áreas de preservação permanente.

Com relação à fiscalização de peso e dimensões, julgue os itens seguintes.

30 Na fiscalização por meio de pesagem por eixos em balança rodoviária, a tolerância será de 7,5% sobre cada eixo ou conjunto de eixos.

31 No caso de veículo de eixo isolado com quatro pneumáticos, o limite máximo de peso bruto a ser transmitido ao pavimento por cada eixo é de doze toneladas.

32 O embarcador será responsável pela infração relativa ao transporte de carga com excesso de peso nos eixos ou no peso bruto total do veículo caso, simultaneamente, ele seja o único remetente da carga e o peso declarado em nota fiscal, fatura ou manifesto seja inferior ao aferido.

33 No caso de veículo de eixo isolado com dois pneumáticos, o limite máximo de peso bruto a ser transmitido ao pavimento por cada eixo é de oito toneladas.

Com relação a unidades de transporte de produtos perigosos, julgue os próximos itens.

34 É permitida a colocação de cadeado no local de armazenagem do extintor de incêndio do veículo, para evitar furtos.

35 Tanto o motorista quanto eventual ajudante a bordo desse tipo de veículo devem estar vestidos com o traje mínimo obrigatório, composto de calçados fechados, calça comprida e camisa ou camiseta, com mangas curtas ou compridas.

36 Nas unidades de transporte com peso bruto total (PBT) acima de 3,5 toneladas, as dimensões do painel de segurança e do rótulo de risco devem ser de, respectivamente, 40 cm × 30 cm e 25 cm × 25 cm.

37 No número de risco, que é formado por dois ou três algarismos, a sequência 268 significa gás tóxico corrosivo.

A respeito do Sistema Nacional de Trânsito, julgue os itens seguintes.

38 A Junta Administrativa de Recursos de Infrações (JARI) é um colegiado vinculado ao órgão aplicador de penalidade e tem competência para julgar recursos contra penalidades aplicadas por esse órgão.

39 O órgão executivo rodoviário é previsto em todas as esferas (federal, estadual, distrital e municipal), e suas atribuições são comuns, diferenciando-se apenas a circunscrição onde são executadas.

40 O Conselho Nacional de Trânsito (CONTRAN) é o órgão normativo e deliberativo máximo do Sistema Nacional de Trânsito e é composto por representantes de determinados ministérios e presidido pelo dirigente do Departamento Nacional de Trânsito (DENATRAN).

41 Constitui competência da PRF fiscalizar o nível de emissão de poluentes e ruído produzidos pelos veículos automotores ou pela sua carga, de acordo com o estabelecido em lei, além de dar apoio, quando solicitado, às ações específicas dos órgãos ambientais.

42 O CONTRAN dispõe de câmaras temáticas de esforço legal e de *compliance*.

Com relação ao processo administrativo da infração de trânsito, julgue os itens subsequentes.

43 O auto de infração de trânsito poderá ser lavrado pela autoridade de trânsito por meio de registro em sistema eletrônico de processamento de dados quando a infração for comprovada por equipamento de detecção provido de registrador de imagem, regulamentado pelo CONTRAN.

44 Na notificação de autuação, deve constar a data do término do prazo para a apresentação do condutor infrator, que não será inferior a quinze dias, contados a partir da data da notificação da autuação ou da publicação por edital.

45 Nos recursos de segunda instância, as penalidades por infrações gravíssimas deverão ser julgadas por colegiado especial, definido na forma da lei.

46 Regra cogente é aquela que está sujeita ao arbítrio das partes relacionadas.

47 O auto de infração de trânsito será arquivado e seu registro será julgado insubsistente caso não seja expedida a notificação da autuação no prazo máximo de quarenta e cinco dias.

Acerca das penalidades de trânsito, julgue os itens a seguir.

- 48 As penalidades aplicadas pela autoridade de trânsito prescindem do julgamento da consistência do auto de infração de trânsito.
- 49 Ainda que não haja interposição de recurso contra a penalidade de suspensão do direito de dirigir, a autoridade de trânsito deve notificar o infrator para entregar sua carteira nacional de habilitação até a data do término do prazo constante na notificação.
- 50 Somente em caso de infração de natureza leve é permitida a substituição da multa pela advertência por escrito, exigindo-se, ainda, que o infrator não seja reincidente, na mesma infração, nos últimos doze meses.
- 51 Em caso de substituição da multa pela advertência por escrito, não haverá o cômputo dos pontos na carteira nacional de habilitação referentes à infração.
- 52 A frequência obrigatória em curso de reciclagem se aplica quando o direito de dirigir do condutor for suspenso, mas não quando for verificado que o condutor coloca em risco a segurança do trânsito.

Acerca das medidas administrativas de trânsito, julgue os itens seguintes.

- 53 A ordem, o consentimento, a fiscalização e as medidas administrativas e coercitivas adotadas pelas autoridades de trânsito e seus agentes terão por objetivo prioritário a proteção ao meio ambiente e ao patrimônio público.
- 54 Condutor de veículo automotor que for alvo de fiscalização de trânsito poderá ser submetido a teste com etilômetro mesmo que não apresente conjunto de sinais de alteração da capacidade psicomotora.
- 55 Em se tratando de veículo com excesso de peso, o transbordo ocorrerá às expensas do embarcador da carga, sem prejuízo das autuações cabíveis.
- 56 Nem sempre as medidas administrativas de trânsito serão executadas de imediato à autuação, visto que algumas delas dependem da aplicação da penalidade.
- 57 A remoção do veículo decorre, normalmente, de infrações de estacionamento irregular, ou ainda, da falta de combustível ou do reparo do veículo na via pública.

Com relação aos documentos de porte obrigatório, julgue os itens subsequentes.

- 58 Será dispensado o porte do certificado de registro e licenciamento de veículo quando o agente fiscalizador tiver acesso a sistema informatizado que permita verificar se o veículo está devidamente licenciado.
- 59 A autorização para conduzir ciclomotor é necessária para o veículo com velocidade máxima superior a 20 km/h.
- 60 A carteira nacional de habilitação de categoria B se aplica aos condutores de tratores de roda e equipamentos automotores destinados a executar trabalhos agrícolas.
- 61 É necessário realizar curso especializado para a condução de veículos de transporte de carga indivisível.
- 62 A carteira nacional de habilitação de categoria E se aplica aos condutores de combinações de veículos automotores e elétricos com mais de uma unidade tracionada, desde que o PBTC da unidade acoplada, reboque, semirreboque, trailer ou articulada seja menor que 10.000 kg.

Acerca da fiscalização dos serviços de transporte, julgue os itens seguintes.

- 63 No porta-embrulhos de um ônibus, são permitidos 7 kg de peso total, além de dimensões que se adaptem ao compartimento de bagagem sem colocar o passageiro em situação de perigo ou desconforto.
- 64 Os condutores dos veículos destinados à condução de escolares devem ser habilitados, no mínimo, na categoria D, independentemente da lotação do veículo; é necessário também que tenham sido aprovados em curso especializado para o transporte de escolares, nos termos da regulamentação do CONTRAN.
- 65 A modalidade de serviço de transporte rodoviário coletivo de passageiros denominada fretamento é executada para os deslocamentos de pessoas, em circuito fechado, dividindo-se em turístico, eventual ou contínuo, sem qualquer característica de transporte regular de passageiros.

Com relação a inteligência da PRF e segurança orgânica, julgue os itens a seguir.

- 66 Dado que o ser humano pode tornar-se o elo mais frágil na segurança orgânica, o policial rodoviário federal pode contribuir tanto em seu cotidiano de trabalho como também estimulando procedimentos de segurança com outros colegas e familiares.
- 67 O policial rodoviário federal tem acesso a documentos que necessitam de tratamento diferenciado de segurança, as quais deverão ser eliminados em local e meio apropriados ao se tornarem inservíveis.
- 68 O policial rodoviário federal deve agir, em regra, repressivamente contra os riscos e ameaças às áreas e instalações.
- 69 No âmbito da Polícia Rodoviária Federal, o celular também é considerado um meio de comunicação, que impõe medidas de salvaguarda para determinados conhecimentos.
- 70 Na aplicação das medidas de segurança orgânica da informática, redes sociais como Facebook, WhatsApp e Instagram são consideradas ferramentas computacionais.

Com relação a policiamento e fiscalização, julgue os itens a seguir.

- 71 A utilização de sistema móvel para a autuação de infração constatada por um policial rodoviário federal depende de conexão com a Internet, sendo vedada a lavratura de forma *off-line*.
- 72 Em uma operação de radiocomunicação, para transmitir o número 18881, o policial rodoviário federal deverá pronunciar: UNO, OITO TRIPLO, UNO.
- 73 Unidade operacional é o local cuja prioridade é apoiar o cidadão e dar suporte às equipes de serviço e às atividades operacionais realizadas.
- 74 No caso de um policial rodoviário federal flagrar um adolescente cometendo ato infracional similar a uma infração penal de menor potencial ofensivo, não havendo a prática de violência ou grave ameaça à pessoa, deverá ser lavrado o boletim de ocorrência circunstanciado.
- 75 Caso um veículo seja interceptado por policial rodoviário federal em razão do cometimento de infração, o policial deverá lavrar o correspondente auto de infração ao identificar o condutor do veículo e, se o condutor se recusar a assiná-lo, o policial deverá realizar o registro da infração como uma autuação sem abordagem.

No que se refere ao uso diferenciado da força, julgue os itens a seguir.

- 76** O modelo de uso da força adotado pela PRF é o FLECT (Federal Law Enforcement Training Center).
- 77** Se um policial rodoviário federal, com o objetivo de obter confissão de uma pessoa que tenha sido flagrada cometendo infração, praticar intencionalmente algum ato para causar sofrimento mental a essa pessoa, essa conduta poderá ser caracterizada como tortura.
- 78** A conduta de um policial rodoviário federal de, no exercício da função, atirar e causar lesão corporal em alguém poderá não ser considerada crime se ele comprovar alguma causa de exclusão de antijuridicidade.
- 79** O Supremo Tribunal Federal, por súmula vinculante, trata do uso de algema como algo excepcional, que deve ser justificado por escrito.
- 80** O policial rodoviário federal, no exercício de suas funções, pode usar dispositivo de condução de energia, vedado o emprego da Spark Z2.0 como arma de contato.
-

Espaço livre
